



O TRABALHO PSICOSSOCIAL E A AÇÃO SOCIOEDUCATIVA: A EXPERIÊNCIA DO ESTUDO DE CASO NO CSM IR. HENRI

Jéssica Cavaleiro de Souza Scherer¹, Bianca da Luz Pironelli Oliveira²

Temática abordada: Educação em contextos não escolares

Identificação da Província e da instituição: Centro Social Marista Ir. Henri, Fazenda Rio Grande - PR

Resumo

Este estudo que tem como tema “O trabalho Psicossocial e a Ação Socioeducativa: A Experiência do Estudo de Caso no CSM Ir. Henri” e possui como objeto identificar como a equipe psicossocial pode olhar para a discussão de casos considerando que todos são parte do contato com o educando e que o “conhecimento” de contextos pode ser essencial a construção do processo educativo. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica e relato de prática, documento dividido em três eixos, sendo eles: Psicossocial na Ação Socioeducativa, Interdisciplinaridade e Estudo de Caso Interdisciplinar. Desenvolver este texto nos faz refletir sobre a práxis da equipe psicossocial, composta por uma assistente social e uma psicóloga, e a importância da construção coletiva e fortalecimento cotidiano do trabalho interdisciplinar que envolve também as equipes pedagógica e pastoral, além da tratativa e relato de experiência do Estudo de Caso Interdisciplinar na Unidade Social, metodologia que extrapola para um momento formativo e de troca, que nos leva a refletir e buscar um novo olhar na perspectiva da garantia da integralidade no atendimento.

Palavras-chave: Estudo de Caso. Psicossocial. Trabalho Interdisciplinar.

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pós-Graduação em Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Especialista em Gestão de Políticas Públicas com ênfase no Sistema Único de Assistência Social – SUAS pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: jessica.scherer@solmarista.org.br

² Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Hermínio Ometto (UNIARARAS). E-mail: bianca.pironelli@solmarista.org.br

Introdução

A partir da atuação psicossocial na ação socioeducativa, entende-se a possibilidade de explanar e ampliar as reflexões acerca da práxis do cotidiano que envolve diferentes olhares e abordagens com famílias e educandos, em que se faz necessário e estreitar do diálogo entre pedagógico e psicossocial. Muitas vezes esse diálogo se aproxima a partir de diferentes metodologias e pretendemos abordar uma delas: *Estudo de Caso Interdisciplinar*. Esse trabalho tem por objetivo identificar como a equipe psicossocial pode olhar para a discussão de casos considerando que todos são parte do contato com o educando e que o “conhecimento” de contextos pode ser essencial na construção do processo socioeducativo. Estamos inseridos na Rede Marista de Solidariedade no Centro Social Marista Ir. Henri, localizado no município de Fazenda Rio Grande/PR, unidade essa que tem capacidade de atendimento de 200 educandos, atendendo nos períodos de contraturno – manhã e tarde.

O serviço caracteriza-se pela Proteção Básica da Assistência Social, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Assim, a articulação dos serviços psicossociais oferecidos no CSM Ir. Henri prevê a promoção do desenvolvimento do trabalho social com famílias, em um processo identificatório em suas potencialidades e necessidades, valorizando as particularidades familiares dos atendidos, e com uma máxima de atendimento integral e não segmentado, favorecendo a elucidação e desconstrução das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. (BRASIL, 2013).

Contextualizado o ambiente em que estamos inseridos, destacamos os eixos que compõem este artigo:

– O trabalho psicossocial, explanando sobre a atuação psicossocial na ação socioeducativa e a construção da práxis na relação interdisciplinar. Além da interface direta

das rotinas da unidade, bem como a construção da relação entre educadores e educandos, avaliando a contribuição do psicossocial no lidar de situações que são parte do cotidiano.

– O estudo de caso e sua interface com o trabalho psicossocial, descrevendo seu processo histórico de construção e consolidação, bem como os objetivos dessa metodologia no cotidiano de trabalho no Centro Social Marista Ir. Henri.

Psicossocial na Ação Socioeducativa

A lógica das ações socioeducativas realizadas no campo de processos socioassistenciais está centrada nos usuários, entendendo os mesmos enquanto sujeitos de direitos. Dessa forma se estabelece a relação entre a equipe psicossocial e o usuário, e é a partir de um processo educativo que se cria a possibilidade de o usuário, a partir de suas particularidades e da realidade em que se insere, pensar criticamente, a fim de construir um caminho de conquistas e lutas por seus direitos, sejam eles políticos, sociais ou civis. Pode-se, assim, intervir na realidade da sua comunidade e mesmo da sociedade, mas isso só se faz possível, como afirma Miotto (2009, p. 4), com o rompimento da lógica tradicional dos processos socioassistenciais por ser ela calcada prioritariamente na consecução dos objetivos institucionais, em respostas pontuais às demandas marcadas por uma leitura fragmentada da realidade social e por ela ter um caráter disciplinador.

A partir da ação cotidiana, podemos identificar a importância da articulação entre a realidade e a prática profissional; para tanto ressaltamos a importância e necessidade das análises de conjuntura, tendo como objeto a superação das expressões da questão social.

As ações socioeducativas, no que diz respeito aos processos socioassistenciais, amparam-se sobre dois pilares, um deles relacionado à socialização de informações, e o outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários (MIOTO, 2009).

Ainda de acordo com Lima (2006, p. 142 apud MIOTO, 2009, p. 9), essas finalidades condicionam os objetivos e os procedimentos necessários à sua realização, e se consolidam como mediações que favorecem e facilitam o processo de materialização de Direitos e consolidação da Cidadania.

Em relação a ações socioeducativas, destacamos inicialmente a socialização das informações que, de acordo com Silva (2000, p. 124), é um componente fundamental para a

viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento de usuário para acessar esses direitos e para mudar a realidade. É também uma alternativa para a “tradicional orientação” vinculada a normas legais e ao enquadramento institucional dos usuários.

O direito à informação não é restrito ao conhecimento dos direitos reconhecidos constitucionalmente, mas também se inclui o direito ao conhecimento socialmente produzido, incluindo os que estão no campo das tecnologias e ciências, e isso se faz necessário para que todos tenham o direito de acesso a determinados bens, serviços e melhoria de suas condições de vida. O acesso e uso da informação possibilitam ao indivíduo a construção de sua autonomia e a socialização dessas informações com o seu meio, sendo este o fim esperado ao se falar em ações educativas.

Outro objetivo a ser destacado é processo reflexivo que tem como objetivo a formação da consciência crítica. Esse objetivo só se realiza à medida que são criadas condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica, sua própria concepção de mundo, ou seja, que os sujeitos sejam parte da construção da sua história, da história dos serviços e da história de sua sociedade.

Em relação ao processo reflexivo, Lima (2006) afirma que esse acontece por meio da interpenetração do diálogo e da problematização, categorias essas que são originais dos escritos de Paulo Freire (1977) referentes ao processo de conscientização enquanto base de uma educação para a liberdade. Sob a luz do estudo dessas categorias, Faleiros (1981, p. 100) afirma que:

[...] a conscientização não se produz num movimento de ideias, mas se enraíza nas situações concretas, nas contradições, nas lutas cotidianas para a superação dessas contradições. Assim o diálogo não é um meio de persuasão ou de orientação, uma estratégia de convencimento e manipulação, mas uma relação, uma comunicação, um intercâmbio de mensagens a partir de situações específicas, de relações de poder e de uma visão geral do processo social.

Evidenciamos que a estrutura do processo educativo tem como foco o estabelecimento de vínculos em uma relação democrática entre profissionais e usuários para que esse processo chegue de fato aos objetivos esperados, para que, por meio do processo educativo, o usuário adquira autonomia e possa decidir sobre sua vida e conquistar espaços de efetivação da sua cidadania, participando de instâncias da esfera pública e nos campos de controle social.

Se considerarmos a relação das ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias, Miotto (2009, p. 10) argumenta que é indispensável o conhecimento das

demandas/necessidades, tanto em sua singularidade como no conjunto, com informações relacionadas ao território onde vivem, e na realização de planejamento e definição de objetivos, torna-se indispensável pensar as formas de abordagem e quais instrumentos são necessários para as realizações das ações educativas.

As ações fragmentadas do conhecimento, que estão inseridas em várias visões, evocam a necessidade de discussão e entrelaçar destas inúmeras partes, a fim de constituir e provocar o sentido de unidade e de olhar integral para um mesmo sujeito, trazendo significados diversos a partir do agente de conhecimento que o olha; por fim, trazer ao sujeito sentidos nas significações das informações articuladas que vem recebendo, cada qual com sua contribuição específica de conhecimento, elaborando em seu resultado a qualificação do processo crítico do mesmo fenômeno. Entendemos, então, que a interdisciplinaridade supera as visões restritas de um único conhecimento, balizadas as especificidades de cada para construir um todo. Japiassu (1976, p. 52) afirma que “trata-se de um gigantesco, mas indispensável esforço que muitos pesquisadores realizam para superar o estatuto de fixidez das disciplinas e para fazê-las convergir pelo estabelecimento de elos e de pontes entre os problemas que elas colocam”.

Interdisciplinaridade

No mundo atual, moderno e informativo, o educador atua como mediador da aprendizagem. Provocando e questionando o educando, levando-o a refletir e buscar as respostas desejadas. O espaço educativo compreende educador e educandos, envolvidos emocionalmente, e a partir disso reforça-se a importância da compreensão da sua integralidade, visto que o educando tem sua história e uma bagagem de vivências.

Compreende-se enquanto educador todos aqueles que são parte do ambiente socioeducativo das Unidades Sociais, o que envolve, portanto, a equipe pedagógica, administrativa, pastoral, psicossocial e de apoio. Dessa forma, entende-se a necessidade de uma práxis integradora e que compreenda a interdisciplinaridade no cotidiano profissional.

Para tanto, refletimos que é importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida em explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção

de mais de um olhar, talvez vários. Explicação, compreensão e intervenção são processos que requerem um conhecimento que vai além da descrição da realidade, mobiliza competências cognitivas para deduzir, tirar inferências ou fazer previsões a partir do fato observado (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, p. 88-89).

A interdisciplinaridade vem com a proposta de romper com a fragmentação do conhecimento. Frigotto (1995) diz que a interdisciplinaridade precisa, acima de tudo, de uma discussão de paradigma, situando o problema no plano teórico-metodológico. Entendemos, portanto, que a interdisciplinaridade só se faz possível quando ultrapassamos a visão e práticas fragmentadas ampliando a discussão e envolvendo todos aqueles que fazem parte do contexto da prática com os educandos, buscando um envolvimento teórico e prático nas discussões de equipe.

Para Gadotti (2006), a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras. É preciso, como sustenta Ivani Fazenda (1979), uma atitude interdisciplinar, manifestada no compromisso profissional do educador, no envolvimento com os projetos de trabalho, na busca constante de aprofundamento teórico e, sobretudo, na postura ética diante das questões e dos problemas que envolvem o conhecimento.

Um dos movimentos de construção interdisciplinar no CSM Ir. Henri, e objeto de discussão deste estudo, é a metodologia do estudo de caso, descrita no próximo item.

Estudo de caso interdisciplinar

Surgiu da necessidade emergente de um espaço de compartilhamento de situações da rotina dos educandos e das famílias atendidas pelo Centro Social Marista Ir. Henri (CSM Ir. Henri).

As rotinas observadas pela equipe podem demandar reflexões e possíveis ações interventivas, que percorrem, em todas as atividades que abarca, o educando dentro do CSM Ir. Henri. A ideia é interagir essas observações entre os envolvidos e alinhar as propostas de intervenções para que, de modo integral, possamos identificar e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes atendidos, observando suas particularidades e necessidades.

Esse momento iniciou-se no segundo semestre de 2014, e a princípio os encontros aconteciam duas vezes por semana com a duração de duas horas, contavam com a

participação da Assistente Social, Psicóloga, Coordenação Pedagógica e Educadores; quando possível e/ou necessário, a participação do Assistente de Pastoral e Direção. A partir de um processo avaliativo, notou-se a necessidade de os encontros acontecerem apenas uma vez por semana, às sextas-feiras.

No ano de 2016, o Estudo de Caso é contemplado como um processo formativo, e inserido no Plano de Formação Interdisciplinar, pois, além da construção de uma ação interdisciplinar, há um processo de movimentação de saberes e conhecimentos a partir de um fato relevante e um posterior elencar de discussão e reflexão, com a intenção de repercutir nestes desafios.

As questões levantadas pelos educadores são registradas em um instrumental, de modo que facilite a organização das ações, pois, além do relato trazido, são estipulados nessa discussão quais serão as intervenções e o profissional responsável por desenvolvê-las, seja essa demanda um atendimento psicossocial com a família ou educando, contatos com a rede de atendimento, um embasamento teórico para melhor elaboração da demanda ou qualquer outra ação pertinente para o caso.

Ressaltamos que essas intervenções não são o fim, pois posteriormente voltamos a discutir as ações e resultados destas, elaborando um entendimento da pertinência e êxito, além da necessidade de continuidade de estudo e discussão daquele caso. Esse movimento de reorganizar o saber do profissional que lança o problema provoca também nos outros profissionais que estão na discussão um desbravar de novos conhecimentos, pois o coloca em empatia com o problema do outro, reorganizando-o, assim, também em seus saberes.

A partir da experiência do estudo de caso, retomamos discussão da atuação psicossocial na ação socioeducativa, sob a perspectiva de que esse caráter se dá a partir do contado e relação horizontalmente estabelecida entre educandos, famílias, equipe de trabalho a partir na realidade em que se inserem. Valendo recordar que o caráter educativo atribui à equipe psicossocial, enquanto profissões inscritas no campo político-ideológico, a competência de possibilitar processos reflexivos e socializar informações; mas, para chegar a tal objetivo, buscando a garantia de direitos e integralidade no atendimento, é importante que o profissional tenha amplo conhecimento da realidade em que atua e das políticas públicas que amparam o atendimento das diferentes demandas apresentadas no cotidiano. Para tanto, é essencial o aprofundamento e consolidação de um trabalho interdisciplinar, que se comprometa em qualificar a escuta e construa bases sólidas para atuação.

Notas conclusivas

Iniciamos o estudo contextualizando o trabalho psicossocial na ação socioeducativa, e nele podemos perceber a importância de nos aproximarmos da realidade e do contexto em que nossos usuários estão inseridos. Reforçamos que a ação cotidiana entre articulação da realidade e prática profissional é o que possibilita o enfrentamento a questões sociais apresentadas. Outro ponto de destaque quando falamos sobre a ação socioeducativa é a socialização de informações, considerando que a informação não é direito apenas daqueles que detêm o conhecimento formalmente aceito e o comprometimento em estabelecer processos críticos e reflexivos. Para além disso, o processo socioeducativo se estabelece a partir de relações horizontalmente construídas entre profissionais e usuários.

Na sequência, a discussão da interdisciplinaridade destaca a importância de romper com a fragmentação de práticas e informações, quando se percebe a importância da construção coletiva teórica e metodológica da equipe de trabalho, acreditando que dessa forma se faz possível dar novo sentido e olhar às demandas apresentadas e construir bases de trabalho que favoreçam a integralidade no atendimento aos educandos e famílias, fortalecendo o contato com a rede pública de atendimento dos mesmos.

E, por fim, a explanação da experiência do Estudo de Caso no Centro Social Marista Ir. Henri, que se mostra um importante momento de troca entre as diferentes equipes e avança no trato interdisciplinar de demandas apresentadas no cotidiano da prática. Discutir informações, situações e experiências mostra a importância do diálogo entre as equipes. É um momento que se consolida enquanto momento formativo, no qual evoluímos teórica e criticamente sob os desafios apresentados.

Este estudo demonstra que ainda temos de avançar nos processos cotidianos e fortalecer movimentos interdisciplinares que agreguem conhecimentos, ampliem olhares e consolidem a proposta de um atendimento integral aos educandos e famílias.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais** – Brasília: MDS. Reimpressão, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2002, p. 88-89.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social: Uma questão em movimento? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, 1981.
- FAZENDA, Ivani C. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Loyola, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo; 1995.
- GADOTTI, Moacir. **Interdisciplinaridade**: atitude e método. São Paulo: Instituto Paulo Freire. Disponível em: <<http://ftp-acd.puc-campinas.edu.br/pub/professores/cchsa/lucianeoliveira/Planejamento%20de%20Ensino/Tema%202%20-%20Interdisciplinaridade/Texto%202%20-%20Interdisciplinaridade.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2006.
- MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo operativo. **Textos & Contextos** (Online), v. 8, p. 22-48, 2009.
- SILVA, M.L.L. da. Um novo fazer profissional. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**, módulo 4. Brasília: UnB, 2000, p. 111-124.